

Constituinte: vêm aí novas mudanças.

Os trabalhos de elaboração da nova Constituição poderão sofrer atraso de no mínimo um mês. E que, diante da possibilidade de rejeição integral do anteprojeto da Comissão de Sistematização, o regimento interno poderá ser alterado, a fim de conceder mais 30 dias para o relator Bernardo Cabral elaborar um substitutivo para ir à votação em plenário. Além disso, um novo conflito está surgindo na Comissão de Sistematização, envolvendo a desconfiança entre os assessores do presidente da Comissão, Afonso Arinos, e os do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Apesar de anti-regimental, um constituinte muito próximo a Cabral admitiu a possibilidade de ser elaborado um substitutivo, e revelou que o relator já está se preparando para essa virada de roteiro. Um dos principais auxiliares e grande amigo de Cabral, o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), está preparando esse substitutivo de emergência, e revelou já ter um novo cronograma da Constituinte, alterando todos os prazos estabelecidos no regimento interno, para o caso de Cabral ser obrigado a apresentar o substitutivo.

Ontem à tarde, Cabral e Afonso Arinos participaram de uma reunião no gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para discutir temas relacionados com o andamento dos trabalhos constitucionais. Os líderes do governo na Câmara e do PMDB no Senado, Carlos Sant'Anna e Fernando Henrique Cardoso, também foram convidados. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, só soube da reunião pelos jornalistas, e comentou, irônico: "Acho que o dr. Ulysses pensou que eu ainda estivesse em São Paulo".

No encontro, ficou evidente o conflito que está surgindo na Sistematização: o presidente Afonso Arinos recusou-se a assinar uma listagem com as 5.620 emendas apresentadas ao anteprojeto da Comissão. O



Cabral



Arinos

conflito envolve a desconfiança dos assessores de Arinos, entre os quais os deputados Konder Reis (PDS-SC) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), no trabalho que vem sendo executado pelos assessores do senador Fernando Henrique no Centro de Processamento de Dados do Senado.

Mas o senador foi o único a admitir o impasse: "Nós não fizemos o trabalho de análise de má-fé. Além disso, nessa reunião, tudo foi resolvido", disse ele. Cabral não quis comentar esse conflito — apenas informou que até amanhã à meia-noite entregará seu parecer sobre as emendas. Pelo cronograma regimental, na sexta-feira a Comissão de Sistematização iniciará a discussão e votação, que vai até segunda-feira.

"Basta de mentiras"

Enquanto isso, os empresários gaúchos se reuniram em Esteio para protestar contra a estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, direito de greve e outras medidas de interesse dos trabalhadores constantes do anteprojeto de Constituição. Jorge Gerdau, presidente do Grupo Gerdau, conclamou os empresários para que juntos "dêem um grito que chegue em Brasília. Um grito de basta de mentiras, corrupção e demagogia". Para ele, a redu-

ção da jornada de trabalho "é o empobrecimento do País. Só trabalhando é que se contrói prosperidade".

O empresário perguntou, ainda, o que os políticos já fizeram para assegurar a prosperidade: "Eles só sabem distribuir regras. Demagogos, não aceitamos mais, basta", concluiu, veemente.

"A nova Constituição não pode sucumbir aos artificialismos que alguns pretendem infiltrar em seu texto", disse o presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, enquanto o empresário Paulo Vellinho advertiu: "O Brasil tem que optar entre ser um país que quer reinventar a roda partindo do triângulo, ou olhar o exemplo de outros países, porque ninguém venceu sem trabalhar".

O protesto, realizado durante um churrasco no Parque de Exposições Assis Brasil, foi o primeiro movimento conjunto do empresariado gaúcho contra o que Mandelli chamou de "normas impositivas e generalizadas", que significam "o retrocesso social e representam o agravamento dos problemas econômicos vividos hoje no Brasil".

Conselho Político

O presidente Sarney reúne, hoje às 15 horas, seu Conselho Político para analisar o andamento da Constituinte, debater a atual conjuntura econômica e sua relação com o momento político, e discutir o projeto de lei que suspende as ações de despejo durante 90 dias. A noite, os ministros do PMDB estarão reunidos na residência do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

As informações são do chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que informou que o projeto de lei regulando o software também integrará a pauta do Conselho Político. Mas Costa Couto nada adiantou do encontro na residência de Ulysses; apenas informou que a reunião foi solicitada pelo próprio deputado.